

# TJE atende à solicitação da Sedu e para demolição

Construídas no final do século passado, e quase demolidas nos últimos dias, as casas de números 71 e 97, da rua Muniz Freire, (Cidade Alta) estavam ontem vazias, sem as pás e picaretas que as destruiriam para dar lugar a um outro prédio do Tribunal de Justiça, que seria ligado ao já existente por uma passarela, conforme pretendia o presidente do Tribunal, Geraldo Correia Lima.

"Nós não sustamos a obra. Apenas fizemos um contato com o presidente do Tribunal, cientificando que os imóveis seriam tombados (dia 16 último, foi assinada uma portaria neste sentido). Acredito que a paralisação tenha sido decorrência desse contato", esclareceu o secretário de Educação, Wilson Haese, também presidente do Conselho Estadual de Cultura. "Não queremos atrito. Nós vamos superar isso através do diálogo", disse, referindo-se à possibilidade de aplicação de uma multa correspondente a 50% do valor dos imóveis.

## REUNIÃO

Hoje, às 16 horas, na Secretaria de Educação, o Conselho Estadual de Educação estará reunido, para discutir tanto a demolição na rua Muniz Freire como a oficialização do tombamento da Gruta do Limoeiro, em Castelo, e do Palácio Nestor Gomes, na Prainha. O Conselho pedirá ao Departamento de Patrimônio Histórico do Departamento

Estadual de Cultura (DEC) o envio do arquiteto Daher, para avaliação dos danos às casas.

Beatriz Abaurre, membro do Conselho, acredita que há possibilidades de se recuperar as fachadas das duas casas. "Não importa o que será feito dentro do terreno. O importante é a fachada", afirmou. Ela lembrou que em janeiro de 1982, após o decreto de desapropriação das casas, uma comissão esteve reunida com Geraldo Correia Lima — inclusive a então presidenta, Antetti Vitalli — que deu garantias de não danificar os imóveis da rua Muniz Freire, e que apenas queria uma outra área do Governo do Estado para ampliação do Tribunal de Justiça.

Tanto ela, como Wilson Haese, destacaram os problemas enfrentados pelo Conselho Estadual de Cultura devido à não-aprovação do Plano Diretor Urbano de Vitória. "O PDU tem, no mínimo, atrasado a discussão de matérias nossas", explicou o secretário de Educação e presidente do Conselho. Na realidade, tem ocasionado maiores problemas, como a demolição do Hotel Europa, na Praça Oito. Citado no PDU como área de patrimônio histórico, o Hotel Europa hoje é uma loja de roupas. Beatriz Abaurre acredita que, se o Plano Diretor Urbano não for aprovado até dezembro, uma solução talvez seja a assinatura de um termo de compromisso com a Prefeitura de Vitória, no tocante à fiscalização de imóveis particulares, já que o Conselho não tem esta atribuição.

Cyro Denaday



A secretária do Conselho acha que ainda dá para salvar a casa